



**A EPSJV que queremos:
reflexões para o debate**

Eleições dias 8 e 9 de maio de 2013

Caros trabalhadores e alunos da EPSJV, neste documento, listamos uma série de análises, posicionamentos e propostas que gostaríamos de discutir com vocês ao longo desta campanha. Como orientação para a gestão, no entanto, ela deverá ser modificada e ampliada a partir da escuta que já temos feito nas conversas com os setores e laboratórios e dos debates coletivos que teremos até a eleição.

Na apresentação das questões abaixo, buscamos fugir das classificações rígidas, que muitas vezes ocultam a transversalidade e o potencial de integração das ações que todos nós desenvolvemos. Apenas para facilitar a leitura, organizamos o texto em três grandes blocos temáticos que, entretanto, precisam ser lidos como uma unidade.

Nós contamos com a sua ajuda para fazer deste documento, assim como de uma possível gestão futura, um reflexo mais coletivo das necessidades, demandas e prioridades desta Escola.

coletivo.politecnico@gmail.com
[facebook.com/poli.coletivo](https://www.facebook.com/poli.coletivo)

Gestão do trabalho, fortalecimento da institucionalidade e cidadania política

• A solução encontrada para a manutenção do vínculo dos trabalhadores ex-bolsistas Faperj tornou mais evidente um grande problema acerca da cidadania política dos não-servidores. Trata-se de um problema que já existia, mas que ganhou maior visibilidade agora, na medida em que o número de terceirizados — aos quais o Regimento Eleitoral da Fiocruz, e não apenas da EPSJV, veta o direito de voto— aumentou ainda mais. A mobilização em torno da reivindicação desse direito também parece evidenciar, positivamente, um momento marcado pelo envolvimento de um número cada vez maior de trabalhadores nas discussões políticas da Escola. Diante de uma questão de tamanha relevância, cujas implicações ultrapassam os limites da governabilidade da EPSJV, achamos importante, primeiro, defender que a cidadania política não pode ser reduzida ao voto, sobretudo nesta Escola; precisa, portanto, ser complementada pela maior ocupação e pela criação de novos espaços de participação e deliberação por parte de todos os trabalhadores, a despeito de seus vínculos. No mais, nos comprometemos a assumir essa questão como objeto de debate público na EPSJV e na Fiocruz, buscando, se possível, soluções regi-

mentais adequadas às unidades em suas diversas situações institucionais.

• A gestão do trabalho na EPSJV nos provoca grandes desafios, que vêm se acumulando ao longo dos anos, e têm se complexificado em função do crescimento institucional. Queremos enfrentar os desafios que estes movimentos nos provocam abrindo o debate. Dentre os muitos aspectos relacionados a esse tema, destacamos dois. Um é a migração de profissionais entre os laboratórios e setores da Escola ou para outras unidades. Outro é a necessidade de se estabelecerem coletivamente critérios e trâmites institucionais para a incorporação de trabalhadores nos diferentes laboratórios, setores e projetos, seja por contratação ou por concurso público. No leque de princípios a se rever estão, por exemplo: as formas de distribuição interna das atividades desempenhadas por um servidor que se desliga, bem como a compreensão prévia das condições de substituição deste profissional, buscando sempre minimizar os prejuízos institucionais; e o constante aperfeiçoamento dos perfis das vagas do concurso público, a partir da mais clara projeção de missão e metas de cada laboratório ou setor.

- Algumas áreas de atuação da EPSJV têm sido consideradas como pouco discutidas transversalmente por um conjunto maior de laboratórios e setores da Escola, em geral, pela ausência de espaços específicos de debate. Um exemplo é a cooperação nacional e internacional que, pela natureza de seus projetos, não tem suas questões inteiramente atendidas nem pela Câmara Técnica de Ensino, nem pela de Pesquisa nem pela de Gestão, para citarmos apenas essas instâncias. Para esses casos, não se elimina a alternativa de criação de novos espaços, mas nos parece que a iniciativa mais urgente é criar mecanismos para garantir uma maior transversalidade entre os já existentes. Isso pressupõe, em primeiro lugar, fortalecer o caráter efetivamente *representativo* dos integrantes dos colegiados, que também são responsáveis pela capilarização das discussões e decisões que dizem respeito ao conjunto da Escola. E, além disso, entendemos como responsabilidade da direção a garantia de instrumentos de comunicação interna mais eficientes, acessíveis e atualizados.

- Pensando na estrutura e nos projetos mais permanentes que temos hoje, destacamos a necessidade de se criarem caminhos para aumentarmos a integração da Secretaria Executiva de Comunicação da RET-SUS com o conjunto da Escola, mantendo, a partir da mediação da direção, um diálogo mais

permanente com outras iniciativas de comunicação e com as ações de cooperação da EPSJV que envolvem as escolas técnicas. Identificamos ainda a urgência de um debate mais coletivo sobre o trabalho e a inserção institucional do Terramata.

- Ao longo dos próximos quatro anos, precisaremos também enfrentar o desafio de diminuir a fragmentação e a baixa institucionalidade de muitas ações de ensino, pesquisa e cooperação desenvolvidas hoje na EPSJV. Uma das ações que propomos nesse sentido é a realização de um planejamento institucional em conjunto, num movimento em que, ao longo do ano, todos os setores e laboratórios apresentem e discutam coletivamente suas metas e projetos, identificando pontos de convergência que permitam o incremento da parceria institucional e a diminuição do desperdício de esforços e recursos. O espaço para essa dinâmica pode ser a Câmara Técnica de Gestão e um dos resultados concretos desse trabalho deve ser a elaboração de um Plano Anual (PA) efetivamente coletivo e coerente.

- Também como forma de aumentar a visibilidade do trabalho desenvolvido pelo conjunto da Escola e, consequentemente, a institucionalidade de todas as ações, propomos a realização de assembleias em que cada laboratório e setor apresente, para discussão do

coletivo, suas realizações, projetos, metas, demandas e perspectivas, incluindo a análise de recursos internos e externos e a organização do processo de trabalho.

- Precisamos construir ainda formas de garantir a todos os órgãos e setores ligados à direção e às vices maior participação nas discussões e decisões estratégicas da Escola — que, invariavelmente, têm relação direta com o trabalho dessas áreas — e maior visibilidade dos processos por eles desenvolvidos. Isso demanda a institucionalização de um espaço de diálogo regular com a direção e a construção de canais de comunicação interna que facilitem o conhecimento dos fluxos e o reconhecimento da articulação desses processos com as atividades de ensino, pesquisa, cooperação e todas as outras desenvolvidas por esta Escola.

- Precisamos também ampliar a possibilidade de acesso desses profissionais que desempenham trabalhos técnicos e administrativos a cursos, seminários e eventos que possibilitem um processo de formação permanente e sua contínua elevação de escolaridade. É necessário, nesse sentido, que busquemos formas legais de garantir que esse direito inclua também os trabalhadores terceirizados.

- A EPSJV vem expandindo suas atividades de ensino para o turno da noite

há alguns anos, e o tem feito na modalidade EJA, com e sem articulação com a formação profissional. Entretanto, entendemos como urgente a discussão de caminhos para uma efetiva integração destes estudantes e profissionais nos fóruns da EPSJV, seja pela participação em assembleias – de alunos ou de trabalhadores –, seja pela participação nos colegiados ou pela representação nos conselhos. É preciso garantir esta integração para que as demandas, os posicionamentos e os enfrentamentos deste coletivo possam ser reconhecidos como desafios de toda a Escola. A busca de solução para esta questão deve levar em conta dificuldades concretas hoje já colocadas, como o fato de que todos esses espaços de participação já instituídos se realizam no turno diurno e também que os alunos da noite, em grande medida, trabalham durante o dia.

- Mas é preciso ainda construir alternativas para que os cursos que acontecem neste turno disponham da estrutura necessária a alunos e professores. Isso demanda, entre outras coisas, viabilizar a presença de serviços de infraestrutura, reprografia, alimentação e sala de informática, por exemplo. Além disso, é preciso observar as demandas de ordem pedagógica, como a aquisição de livros para o acompanhamento particular dos alunos e para acervo de uso coletivo e a produção de material educativo adequado

para esta modalidade. Para todas essas iniciativas, no entanto, é preciso pactuar

condições de trabalho e empreender esforço coletivo de planejamento.

Ensino, pesquisa e formação docente

- O incremento e o aumento da institucionalidade da pesquisa na Escola são duas prioridades para a próxima gestão. Nesse sentido, duas ações principais estão sendo desenhadas, como continuidade do trabalho desenvolvido nos últimos 18 meses. Uma é um programa de indução, que consiste na atração de pesquisadores para darem conta das áreas identificadas como de vacância na pesquisa da Escola. Outra é uma estratégia de fomento à pesquisa que, com recursos próprios, complementa a busca de financiamento nas agências públicas. Trata-se, nesse caso, de criar incentivos para o desenvolvimento de pesquisas que atendam aos interesses estratégicos da EPSJV, contemplando suas principais áreas de atuação, e que tenham caráter institucional, organizadas a partir de grupos e equipes de pesquisa, coerentes com as linhas existentes.

- A organização e o fortalecimento dos grupos de pesquisa da EPSJV precisa ter como horizonte imediato a articulação com a pós-graduação, o que hoje acontece de modo tímido. Esta articulação precisa incluir o conjunto das pesquisas desenvolvidas na Escola, trazendo importantes e positivos impac-

tos na produção científica da pós-graduação, o que não apenas qualifica o trabalho em todos os níveis na EPSJV, como é imprescindível para uma boa avaliação do mestrado pela Capes. Para isso, torna-se necessária uma reorganização do trabalho do corpo docente do Programa, implementando novas formas de ingresso neste grupo, de modo a torná-lo mais representativo das pesquisas desenvolvidas na EPSJV.

- Dois dos problemas apontados para nosso mestrado são o tempo médio de conclusão de curso, que supera em muito a média recomendada, e a produção científica discente. Entendemos que a o mestrado profissional tem como um dos traços distintivos frente ao acadêmico uma maior ocupação da carga horária semanal do estudante por sua dedicação ao trabalho. Por isso, dando continuidade ao trabalho iniciado este ano, uma das estratégias que julgamos de maior importância é a implementação de um programa de apoio aos discentes, que fornece bolsas de estudos, propicia a participação em eventos científicos e oferece melhores condições para a realização de seminários com discentes e docentes.

- É importante não compreender a pós-graduação limitada ao mestrado. É necessário cada vez mais institucionalizar os cursos de especialização que integram o Programa de Pós-graduação em Educação Profissional em Saúde, garantindo o envolvimento e a apropriação dessas atividades pelo conjunto o mais amplo possível de trabalhadores, o que implica redefinir as instâncias colegiadas e dar visibilidade a esses cursos em todos os espaços e trâmites institucionais. Além disso, entendemos a especialização como uma oportunidade importante na cooperação nacional, por sua natureza mais acessível aos trabalhadores da educação e da saúde, por exemplo, o que demonstra um potencial a ser melhor desenvolvido, com busca de maior precisão de público, instituições parceiras e proposta curricular. Dessa forma, entendemos que é preciso priorizar, embora sem garantias em função das mudanças políticas governamentais, a efetivação da parceria com o Ministério da Saúde para a realização do mestrado RET-SUS (antigo mestrado nacional), com foco na formação docente dos trabalhadores das Escolas Técnicas do SUS.

- A Iniciação Científica tem se ampliado e diversificado na EPSJV. Por dentro das experiências tradicionais do Programa de Vocação Científica (Provoc) e do Projeto Trabalho, Ciência e Cultura (PTCC) –, Iniciação Cien-

tífica do Curso Técnico de Nível Médio em Saúde – a EPSJV passou a participar do Programa Institucional de Bolsas para a Iniciação Científica no Ensino Médio, o Pibic-EM. Isso alargou os beneficiários estudantes e requalificou as próprias experiências referidas. Mas temos ainda uma outra proposta, já realizada pioneiramente e à qual pretendemos dar sequência: trata-se da iniciação científica para técnicos de nível médio. Esta é uma oportunidade e uma provocação para repensarmos a relação entre ciência e trabalho segundo o projeto politécnico de formação humana, e com consequências importantes para a Iniciação Científica do nosso curso técnico, com repercussão ainda em todos os níveis e formas de educação profissional que pudermos oferecer. Outro potencial que pretendemos discutir com os grupos é trabalhar a Iniciação Científica em propostas formativas para docentes, seja em parceria com a Secretaria de Estado de Educação, seja com a Secretaria de Estado de Ciência e Tecnologia, através da Faetec, seja com o Ministério da Saúde, para os professores da RET-SUS.

- A formação docente tem se dado a partir de vários processos na EPSJV, entre eles o mestrado e a especialização. No entanto, há outras iniciativas em curso que merecem institucionalização. Este é o caso da participação da EPSJV na formação de alunos

de licenciatura. Todos os anos, recebemos estudantes de Instituições de Ensino Superior, das diferentes áreas do conhecimento, para acompanharem nossa prática docente. Este processo, até agora muito vivenciado pelo corpo docente do Labform, ganhou, a partir deste ano, novos interlocutores devido à realização do Curso de Especialização em Docência. Trata-se, portanto, do momento propício para investirmos no fortalecimento dessa frente de trabalho, na sua capilarização no interior da Escola, e na experimentação de estratégias de articulação entre formação docente e Iniciação Científica.

- Já os cursos técnicos integrados ao ensino médio, que agora completam 25 anos, precisam de uma avaliação contínua e rigorosa do processo recente de ampliação para quatro anos, tendo como eixos principais a capacidade que temos mostrado de acolhimento das dificuldades dos alunos, acompanhamento da sua inserção na Escola e a efetividade da integração curricular. De modo geral, isso nos lembra da necessidade de reativar e tornar mais orgânicas as conversas sobre o princípio da integração, sistematizando de forma crítica as experiências que temos exercitado, tanto no ensino médio integrado quanto nos cursos subsequentes voltados para os trabalhadores inseridos no SUS.

- O aprofundamento do conhecimento e do debate sobre temas que deman-

dam atenção permanente da EPSJV, seja nas suas bases conceituais, seja nas suas manifestações conjunturais, pode se dar de forma privilegiada a partir de instrumentos de que a Escola já dispõe, como o nosso periódico científico, as revistas e outras peças jornalísticas, cada um dentro da sua especificidade. Entendemos como coerente, necessário e possível que essas iniciativas sejam pensadas e demandadas pela Escola como canais de interlocução dos diversos grupos com as questões e temáticas em relação às quais se identifica a necessidade de maior qualificação interna. Essa, nos parece, é uma estratégia que pode, inclusive, aumentar a apropriação desses instrumentos pelo conjunto dos trabalhadores.

- Há algum tempo os alunos vêm solicitando modificações no bandeirão, principalmente em relação à oferta de mais de uma refeição — já que eles ficam, pelo menos, nove horas na Escola — e à melhoria na qualidade da alimentação. Desta forma, queremos dar continuidade ao processo de melhorias já iniciado e avançar na discussão com os estudantes sobre as modificações necessárias, mas buscando articular essas demandas específicas com melhorias que apontem para a perspectiva de uma alimentação saudável, aproximando-nos cada vez mais da proposta das “Escolas Promotoras de Saúde”, do Ministério da Saúde. Pre-

cisamos intensificar o diálogo com os alunos, principalmente por meio do Grêmio, e pactuar as questões admi-

nistrativas necessárias para a efetivação desse projeto.

Trabalho de referência e articulação política

- Temos pelos próximos quatro anos um desafio antigo, muito comentado nesta Escola, mas a nosso ver ainda não devidamente enfrentado: a necessidade de um debate coletivo e continuamente atualizado sobre os limites entre as respostas que precisamos dar aos governos, como instituição de Estado que somos, e a coerência entre essas ações de cooperação e os princípios que nos orientam. E esse desafio precisa levar em conta uma leitura da conjuntura atual que traz importantes novidades, como a ampliação da presença e da lógica do privado nas políticas públicas de saúde e educação, que colocam em xeque os princípios da Reforma Sanitária e da politecnia.

- Através do Pronatec, a educação profissional em saúde recebeu forte inflexão, dentre outros aspectos, no que diz respeito à redefinição do papel que a RET-SUS, a própria EPSJV e a Rede Federal desempenham na formação de quadros técnicos para a área da saúde. Como temos acompanhado, o Pronatec vem sendo desenvolvido num terreno cheio de contradições, que engloba iniciativas como a ampliação da rede pública federal, associada a um

discurso de defesa do princípio da integração entre formação geral e técnica do trabalhador, e a abertura crescente desse segmento a um mercado privado. Diante deste quadro, consideramos fundamental repensarmos nossa situação na articulação da educação profissional em saúde com outras instituições no âmbito regional e nacional, conforme nossa missão estratégica para o Estado. A questão que se impõe é definirmos estratégias de ação, articulados com parceiros que possam propor críticas consequentes à retração do público frente ao privado e à acachapante prevalência do aliado treinamento frente à formação ampliada do trabalhador.

- Situação similar vem sendo enfrentada pela área da saúde. Neste caso, estão em disputa os princípios do projeto da Reforma Sanitária brasileira, que tem na defesa do caráter público e universal da saúde um de seus pilares. Presenciamos neste momento um projeto de reforma do Estado que faz da área de saúde, em que circula um grande volume de recursos do fundo público, um meio de acumulação e lucro para o setor privado. Temos acom-

panhado, em todas as esferas, uma mudança do papel do Estado, de executor direto dos serviços para mero regulador das ações implementadas em seu nome pela iniciativa privada. Isso se concretiza na utilização de mecanismos privados para a gestão da coisa pública, como as Organizações Sociais (OSs), Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIPs) e Fundações Estatais de Direito Privado, sob a alegação da ineficiência da gestão pública. Esse processo provoca questionamentos sobre a legalidade, a moralidade e a impessoalidade no trato da coisa pública já que, entre outros problemas, suprime-se o concurso como única forma de acesso ao serviço público; relativiza-se a necessidade legal de licitação; e não se submetem mais esses serviços aos mecanismos de controle social legalmente instituídos. É necessário, portanto, aprofundar essas discussões no âmbito da Escola uma vez que está em disputa a concepção de Estado e de saúde e a garantia de direitos sociais importantes, o que pode alterar fortemente a relação da Fiocruz e da EPSJV com o Estado e seus trabalhadores.

- Esses desafios se fazem presente também em outras áreas que dizem respeito diretamente à atuação da EPSJV como instituição de Estado. Precisamos, por exemplo, fortalecer a participação de áreas como informática, comunicação, biblioteca e BVS nos

fóruns institucionais da Fiocruz com vistas a promover ações mais comprometidas com o caráter público que defendemos nesses campos. Debates como o do acesso livre aos livros e outros materiais produzidos na Fiocruz; a defesa da utilização de software livre como um princípio que vai além de um cálculo imediatista de custos; a defesa da produção própria de sistemas adequados às necessidades de uma instituição pública, que tem como exemplo de sucesso o desenvolvimento, pela EPSJV, de um sistema que serviu de modelo até para países africanos; e a discussão sobre a relação com a imprensa hegemônica e alternativa são alguns exemplos de lutas que se encontram abertas neste momento na Fiocruz e em outras instâncias do Ministério da Saúde.

- Da mesma forma, precisamos aumentar a nossa capacidade de identificar e aproveitar o potencial de conhecimento e experiência que a Escola tem em áreas que nem sempre são facilmente reconhecidas como de nossa atuação política. Um exemplo: a necessidade de uma apropriação mais institucional da contribuição que a área de biossegurança pode dar às discussões sobre a regulação do Estado e a relação público-privado na área da saúde, a partir da sua experiência com instâncias de controle de práticas, tecnologias e produtos ligados à sua área, como é o caso dos transgênicos.

Trata-se do esforço institucional de reconhecer e aproveitar o potencial político mais universalizante mesmo nas áreas cujo conhecimento possa parecer técnico e específico. Citamos aqui um exemplo, mas acreditamos que muitos outros podem ser descobertos e potencializados no amplo conjunto de trabalhos que esta Escola desenvolve, tanto nos laboratórios quanto nos demais setores.

- O caráter estratégico da EPSJV traz implícita a compreensão de um papel em relação ao Estado mas, por isso, traz também os sentidos de conjuntura, em que frequentemente precisam ser avaliadas as atividades que escolhemos fazer e as atividades que entendemos como de referência, ou seja, como parte da estratégia de levar o Estado ao que supomos que ele deve ser em sua articulação com a sociedade. Como campo de atuação de referência, entendemos como um imperativo, muito pouco atendido por nós, a produção de material educativo relativo aos cursos que elaboramos e executamos. Essa produção é imprescindível para a consolidação do papel da EPSJV nas cooperações nacional e internacional como

uma instituição de referência na formação do trabalhador da saúde e da educação e da classe trabalhadora em geral. E aqui reconhecemos, mais uma vez, a importância de amadurecermos nossa reflexão acerca das Tecnologias Educacionais, como potencializadoras da diversidade, plasticidade e eficiência de tais materiais.

- Na discussão da agenda estratégica da EPSJV (2011), como em outros espaços, foi apontada a necessidade de se discutir melhor o nosso posicionamento em relação à Educação à Distância (EaD). É preciso debater, entender e sistematizar melhor a crítica para, a partir daí, delimitar os processos de EaD que recusamos e aqueles dos quais podemos querer participar. Isso implica ainda discutir a pertinência dos cursos dessa modalidade que a Escola hoje apenas certifica. Todavia, a modalidade EaD não pode ser sinônimo de Tecnologia Educacional. É dentro deste escopo, na problematização dos seus meios e dos fins neles implícitos para o processo formativo segundo a perspectiva da politecnicidade, que precisamos balizar a urgente discussão.

Paulo César Castro Ribeiro (Paulão)

Sou técnico em Administração Hospitalar, formado na primeira turma do curso técnico de nível médio da EPSJV, tendo ingressado na Escola exatamente 25 anos atrás. Tenho graduação em Ciências Sociais e curso atualmente o mestrado em Políticas Públicas e Formação Humana, ambos na UERJ. Participei de três gestões do Centro Acadêmico, com atuação também no movimento estudantil nacional, colocando em prática aquilo que eu tinha começado a aprender nesta Escola.

Entre na Fiocruz em 1988, como aluno. Hoje, sou servidor público de nível médio, aprovado no concurso de 1996 para o cargo de Técnico em Administração Hospitalar. Trabalhei no Instituto Fernandes Figueira (IFF/Fiocruz) de 1991 a 2005, com um breve intervalo de dois anos, atuando no Setor de Planejamento e na Secretaria de Administração, sempre como técnico.

Minha participação nas instâncias políticas da Fiocruz começou em 2001, quando fui eleito representante dos servidores no Conselho Deliberativo do IFF. Dois anos depois, integrei a diretoria da Asfoc pela primeira vez, como responsável pela área sociocultural. Nas duas gestões seguintes, entre 2005 e 2008, fui vice-presidente da Asfoc-SN, que nesse momento já tinha deixado de ser associação para se tornar sindicato. Entre janeiro de 2009

e dezembro de 2011, fui presidente eleito do Sindicato dos Trabalhadores da Fiocruz.

Ao longo de todo esse tempo, me fiz presente também em muitos outros espaços coletivos institucionais. Atuei durante cinco anos, por exemplo, na Comissão Interna de Carreiras da Fiocruz; fui delegado em quatro dos seis congressos internos realizados até hoje; e durante três anos representei o Sindicato no Conselho Deliberativo da Fiocruz.

Como presidente do Sindicato, representei os servidores da Fiocruz junto aos Ministérios do Planejamento e da Saúde, nas mesas de negociação coletiva, bem como no Congresso Nacional, no acompanhamento e proposição de projetos. Atuei diretamente, portanto, na relação com as esferas de governo, mas também participei ativamente da mediação e ação conjunta com diversos movimentos sociais de atuação local e nacional, como a Coordenação Nacional das Entidades de Servidores Federais (CNESF), o Fórum de Saúde e o Fórum Movimento Social para Desenvolvimento Equitativo e Sustentável de Manguinhos (FMSDES), entre outros.

Parte importante da minha gestão à frente do Sindicato foi dedicada à organização e coordenação de atividades — como seminários e mesas de

debates — que serviram para discutir grandes temas relativos ao Estado e ao serviço público. Outras foram preparatórias para a participação dos trabalhadores da Fiocruz no 6º Congresso Interno, que promoveu discussões e tomou decisões importantíssimas para o futuro da nossa instituição.

Em 2005 voltei para a Escola Politécnica, agora como trabalhador. Minha dedicação integral à EPSJV só se

deu, no entanto, a partir do final de 2011, quando se encerrou minha gestão à frente do Sindicato. Hoje, sou professor-pesquisador da Escola com atuação na disciplina de Tecnologias de Gestão e no Trabalho de Integração (TI) sobre Participação Social em Saúde, entre outras frentes. Desde março de 2012, sou também coordenador do Laboratório de Educação Profissional em Gestão em Saúde.

Páulea Zaquini

Sou engenheira, especialista em Engenharia Sanitária e Ambiental e mestre em Saúde Pública. Minha atuação profissional na saúde começou em 2000 quando, na Universidade do Estado do Rio de Janeiro, fui professora da disciplina de Introdução à Engenharia Ambiental, da graduação, e pesquisadora do Programa de Capacitação de Recursos Humanos para o Desenvolvimento Tecnológico.

A experiência com as discussões ligadas mais propriamente ao ensino, que vão além do trabalho em sala de aula, veio principalmente na Fiocruz, onde, desde 2002, atuei em comissões que repensaram, reestruturaram e coordenaram atividades de ensino de pós-graduação lato e stricto sensu do Departamento de Saneamento e Saúde Ambiental da ENSP. Lá fui também professora e orientadora de alunos de cursos de especialização.

Em 2006, aprovada no concurso público, ingressei na EPSJV como tecnologista do Laboratório de Iniciação Científica na Educação Básica (Lic-Provoc), participando de programas e projetos que visam ao desenvolvimento de ações estratégicas em educação em ciências como forma de melhorar a qualidade da formação de estudantes do ensino fundamental e do ensino médio. Neste contexto, desenvolvo atividades de gestão e coordenação no projeto Olimpíada Brasileira de Saúde e Meio Ambiente e atuo junto às equipes técnico-pedagógicas do Programa de Vocação Científica (Provoc) e do Observatório Juventude, Ciência e Tecnologia.

Integro também a Câmara Técnica de Ensino da EPSJV, onde pude, durante os últimos seis anos, me apropriar dos desafios da Educação Profissional em Saúde e acompanhar de for-

ma mais efetiva a discussão e implementação dos cursos e projetos da Escola. A proximidade com os alunos da EPSJV veio, primeiramente, como preceptora do Trabalho de Integração (TI) e, mais recentemente, como uma das coordenadoras da Iniciação à Educação Politécnica (IEP) e professora do Eixo Saúde desse mesmo componente curricular.

Participo ainda de grupos de trabalho coletivos que contribuem tecnicamente para a gestão e tomada de deci-

sões. Com essa inserção, sou membro da comissão responsável pela concessão de auxílio financeiro aos alunos do Ensino Médio; do Comitê Institucional Pibic-Ensino Médio Fiocruz, responsável pela avaliação de projetos do Programa de Vocação Científica e do Programa Trabalho, Ciência e Cultura (PTCC); do Grupo de Trabalho de Educação do Comitê Gestor do Campus Fiocruz Mata Atlântica; e do Comitê de acompanhamento do Plano Diretor do Campus Fiocruz da Mata Atlântica.

Marcela Alejandra Pronko

Sou educadora formada pela Universidade Nacional de Luján (Argentina). Vim morar no Brasil em 1995. Fiz mestrado em educação e doutorado em História na UFF. Fui professora-pesquisadora da Faculdade Latino Americana de Ciências Sociais, sede Acadêmica Brasil, entre 2000 e 2009, onde coordenei atividades de pesquisa e cooperação científica sobre políticas públicas de trabalho e educação técnica na América Latina.

Ingressei no Poli em 2006 como bolsista Pró-Gestão e, em 2007, passei a ser bolsista Paetec do Laboratório de Trabalho e Educação Profissional em Saúde (Lateps). No concurso público de 2010, fui aprovada para um cargo de Pesquisadora em Saúde Pública da EPSJV. Como pesquisadora participei do Coletivo de Estudos em

Política educacional e coordeno ainda hoje o projeto de pesquisa e cooperação científica sobre a formação de trabalhadores técnicos em saúde no Mercosul. Como professora credenciada do Programa de Pós-graduação em Educação Profissional em Saúde da EPSJV, componho o corpo docente do Mestrado, coordeno o Curso de Especialização em educação Profissional em Saúde para os Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa e uma linha de pesquisa no curso de Especialização Trabalho, educação e Movimentos Sociais. Como trabalhadora da EPSJV, fui representante dos trabalhadores em 2007-2008.

Atualmente também sou professora convidada no Mestrado em Política e Gestão da educação da Universidade Nacional de Luján (Argentina). Tenho

experiência na área de Políticas Públicas, com ênfase em Educação e Trabalho, atuando principalmente em temas relacionados aos processos de internacionalização e suas implicações

na educação, no trabalho e na saúde. Atualmente sou vice-diretora de Pesquisa e Desenvolvimento Tecnológico, cargo este que ocupo há quase um ano e meio.

José Orbílio de Souza Abreu

Sou formado em administração de Empresas, com pós-graduação em Engenharia Econômica e MBA Executivo. Durante muitos anos atuei na iniciativa privada ocupando diversas funções ligadas à área de gestão. Em 2000, fui aprovado em concurso público da Secretaria estadual de Saúde (SES) do Rio de Janeiro, onde ocupei o cargo de assessor do secretário de Saúde e posteriormente coordenei, no âmbito estadual, toda a área de logística da saúde (insumos, vacinas, medicamentos, entre outros). Pelo resultado do trabalho na SES, recebi, por dois anos seguidos (2005 e 2006), o prêmio estadual Qualidade Rio e o prêmio Gespública, da esfera federal.

Desde esse período, busquei me qualificar na área de saúde, através de vários cursos e seminários em temas variados como Economia da Saúde, Políticas Públicas e Gestão de Matérias. Entre 2007 e 2008, ocupei o cargo de subsecretário no município de São Gonçalo, na Secretaria de Integração e Defesa do Consumidor e Políticas para as Mulheres, que tinha como desafio promover ações integradas entre todas as secretarias que compunham governo.

Minha história com a Escola Politécnica começou em 2003. Fui, até 2006, bolsista Paetec com atividades de docência e pesquisa na área de Gestão em Saúde. Nesse período, atuei como professor nas disciplinas de Teoria Geral de Administração, Contabilidade, Custos, Orçamento e Gestão pela Qualidade, além de coordenar os cursos de Especialização em Gestão de Sistemas de Saúde e de Especialização em Gestão Hospitalar. Em 2008, me tornei servidor, aprovado em concurso público para a EPSJV, atuando no Laboratório de Educação Profissional de Gestão em Saúde. Além de manter minhas atividades docentes, fui coordenador do curso técnico de Gerência em Saúde em 2009 e coordenador do curso de especialização em Gestão Hospitalar de 2008 a 2010. Fui também eleito duas vezes coordenador do Labgestão para os biênios 2010/2011 e 2011/2013. Este último, no entanto, foi interrompido quando me tornei vice-diretor de gestão e desenvolvimento institucional da EPSJV, cargo que ocupo há quase um ano e meio.

